

# DE COLÔNIA À SUBMISSÃO INDUSTRIAL: O PERENE DILEMA BRASILEIRO

## FROM COLONY TO INDUSTRIAL SUBMISSION: BRAZIL'S PERENNIAL DILEMMA

### Felipe Moutinho Cordeiro

Economista registrado no CORECONRJ 28191, Advogado registrado na OABRJ 154117, Bacharel em Contabilidade, MBA em Gestão empresarial pela UNESA, Pós Graduado em Direito e Processo Tributário pela EPD, Pós Graduado em Direito Constitucional pela UNESA, Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões, Pós-Graduado em Direito Processual pela Universidade Federal Fluminense, participou em Nova York junto a ONU na Comissão de Trade Law, nos anos de 2013 e 2014, participou do XLII Curso de Direito Internacional oferecido pela Organização dos Estados Americanos. Fundador da @fourinvestimentos @cordeiolaw e autor de diversos livros e artigos, professor e portador de seu maior título é Papai. Instagram: @felipecordeiolaw

### RESUMO

O artigo analisa a trajetória econômica do Brasil, destacando seu perene dilema entre dependência externa e industrialização. Desde o período colonial, quando Portugal suprimiu manufaturas locais (como no Alvará de 1785), até a independência tutelada pela Inglaterra (via Tratados de 1810), o país manteve-se como exportador de commodities e consumidor de bens industrializados. No século XX, políticas como a substituição de importações (Era Vargas) avançaram parcialmente, mas com centralização estatal e desequilíbrios regionais. A globalização acentuou a desindustrialização, consolidando o agronegócio como âncora econômica, mas sem superar desafios como carga tributária, baixa inovação e judicialização excessiva. Conclui-se que o Brasil pode se destacar como potência agroambiental, embora persista a necessidade de reformas estruturais para romper ciclos históricos de subordinação.

**Palavras-chave:** indústria, submissão industrial, período colonial, economia brasileira.

### ABSTRACT

This article examines Brazil's economic trajectory, focusing on its perennial tension between external dependence and industrialization. From the colonial era—when Portugal suppressed local manufacturing (e.g., the 1785 Royal Decree)—to post-independence reliance on British industrial goods (via 1810 Treaties), Brazil remained a commodity exporter. In the 20th century, state-led industrialization (Vargas Era) fostered growth but exacerbated regional inequalities and stifled innovation. Globalization intensified deindustrialization, with agribusiness emerging as the economic backbone, yet challenges like complex taxation, low productivity, and excessive litigation persist. The study suggests Brazil's potential as an agro-environmental power but underscores the need for structural reforms to overcome historical patterns of subordination and achieve sustainable development.

**Keywords:** industry, industrial submission, colonial period, brazilian economy.

## 1. Introdução

A trajetória econômica do Brasil é marcada por uma tensão constante entre seu vasto potencial e as amarras históricas que limitaram sua plena industrialização. Desde os primórdios como colônia de exploração, passando por uma independência tutelada e por tentativas frustradas de desenvolvimento autônomo no século XX, o país enfrentou obstáculos significativos para consolidar um parque industrial robusto e diversificado. Este artigo argumenta que, apesar das sucessivas fases de dependência econômica – primeiro de Portugal, depois da Inglaterra e, mais recentemente, das dinâmicas da globalização –, o potencial agropecuário e geográfico do Brasil ainda sustenta a perspectiva de um futuro econômico proeminente, embora por vias distintas das revoluções industriais clássicas (FURTADO, 2007).

## 2. De colônia dependente para colônia “independente”<sup>1</sup>

No período colonial, a metrópole portuguesa impôs um modelo extrativista que deliberadamente impedia o surgimento de manufaturas locais além de extrair recursos naturais valiosos, como pau brasil, açúcar e ouro em um período de supervalorização de tais elementos, como detalhado no Alvará de 1785 que proibia fábricas e manufaturas têxteis na colônia (SALVADORI, 2018). O Brasil servia como fonte de matérias-primas e riquezas, como o ouro e o açúcar, que eram direcionadas para alimentar a economia e os cofres de Portugal, configurando a primeira barreira à autonomia industrial brasileira.

Qualquer esboço de produção que pudesse competir com os interesses metropolitanos era desencorajado ou proibido, estabelecendo um padrão de dependência econômica desde cedo, o que Caio Prado Júnior (1976) definiu como o “sentido da colonização”.

Inclusive, quando colônia portuguesa, a própria Coroa Portuguesa, sob o Reinado de D. Maria, I, expediu um decreto conhecido como o Alvará de 1785, que proibiu a instalação e o funcionamento de fábricas e manufaturas no Brasil. Esse ato teve como principal objetivo preservar o modelo colonial mercantilista, no qual a colônia deveria fornecer matérias-primas e consumir os produtos industrializados da metrópole, garantindo assim os lucros da elite portuguesa.

O alvará determinava que “nenhuma manufatura ou fábrica de tecidos de ouro, prata, seda, algodão, lã ou linho pudesse ser estabelecida no Brasil”, com exceção das voltadas para o consumo interno das fazendas ou pequenos núcleos familiares. Essa medida freou de forma significativa os primeiros sinais de desenvolvimento industrial que começavam a surgir no território brasileiro no final do século XVIII.

---

<sup>1</sup> Quando colônia de Portugal, era dependente, e as riquezas iam para Portugal, como colônia inglesa, via tratado para não se industrializar virou um mercado consumidor do país que outrora teve a primeira revolução instrua e produzia para um país impedido de industrializar.

A justificativa oficial para a medida era de que o desenvolvimento industrial no Brasil poderia causar prejuízo ao comércio português, sobretudo em um momento em que Portugal passava por dificuldades econômicas e dependia do controle rígido sobre suas colônias.

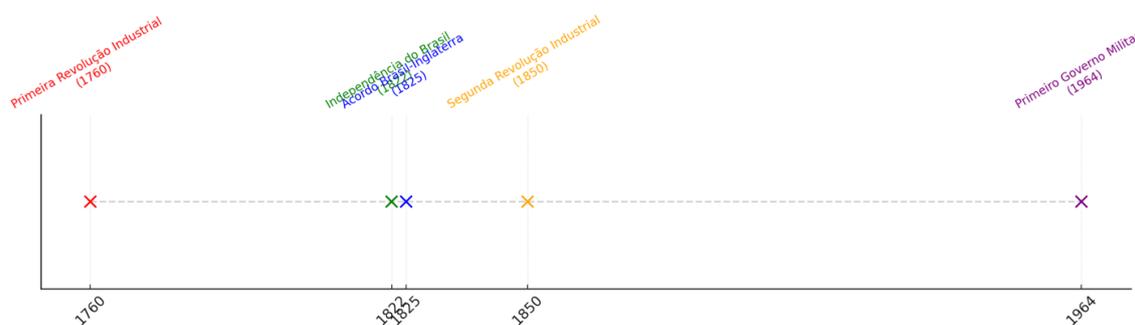
O Alvará de 1785 só foi revogado anos depois, em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, quando o príncipe regente D. João VI abriu os portos às nações amigas e flexibilizou as restrições à atividade manufatureira, permitindo o início de um lento processo de industrialização no país.

Claro que, durante o período colonial, o Brasil, ficou impedido de se industrializar e totalmente submisso a Coroa Portuguesa, entretanto, com a sua independência, passou a manter sua dependência econômica e financeira, agora aos países industrializados.

Veja que a conquista da independência política, no início do século XIX, não significou uma ruptura completa com a subordinação econômica. A emancipação do domínio português foi alcançada com crucial apoio britânico, mas essa aliança teve um preço.

Acordos comerciais firmados com a Inglaterra, notadamente os Tratados de 1810, garantiram vantagens alfandegárias aos produtos ingleses e, na prática, desestimularam o desenvolvimento industrial endógeno (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Enquanto a Europa vivenciava a Primeira Revolução Industrial, o Brasil permanecia como um mercado consumidor para os bens manufaturados britânicos e exportador de produtos primários, consolidando uma nova forma de dependência e perdendo o primeiro grande ciclo de industrialização global (FURTADO, 2007).



Ao longo do século XX, o Brasil experimentou períodos de instabilidade política, incluindo governos militares e eleições indiretas, que coexistiram com esforços de modernização econômica.

Políticas nacionalistas buscaram impulsionar a industrialização, especialmente a partir da Era Vargas com o modelo de Substituição de Importações (ABREU, 2014), e nos governos desenvolvimentistas subsequentes. Contudo, esses avanços foram parciais e muitas vezes marcados por endividamento externo e desequilíbrios macroeconômicos.

O país não conseguiu acompanhar plenamente a Segunda Revolução Industrial e enfrentou crises severas, como os períodos de hiperinflação nas décadas de 1980 e início de 1990, que corroeram a capacidade de investimento e planejamento (BACHA; GREENHILL, 1992).

Um dos motivos, foi que o Brasil, como dito anteriormente, em troca do apoio inglês a independência do país frente a Portugal, assinou acordo de não industrialização, acarretando assim, uma estagnação criativa e empresarial no país ao longo de décadas.

Unido esses fatores, a escravidão e utilização do Brasil, historicamente como produtor para então colônia e depois “exportador” de alimentos para o “apoiador” europeu, distanciou o país de um modelo voltado a inovação, vindo a ser discutida e organizada nos dias atuais, tendo deixado parte da população ao longo dos anos, afastada do mercado de trabalho, acabando por gerar uma legislação laboral extremamente protetiva, o que tem o benefício social, mas o impacto em termos de custo se comparado com países asiáticos como a China ou desenvolvidos como EUA.

Sobre o ponto, interessante, pensar que o próprio Brasil, foi por um período escravo de Portugal quando Colônia, depois da Inglaterra de forma contratual como apoio a sua independência, e tudo reflexo do avanço de Napoleão na Europa que fez do País um “País imperial” de forma acidental, portanto foi estática tal aliança até como forma de manutenção da própria coroa portuguesa, deixando Brasil, subordinado a Inglaterra e tendo sua população como consumidora.

### **3. INDUSTRIALIZAÇÃO NO PERÍODO VARGAS**

A industrialização brasileira durante o governo de Getúlio Vargas (1930–1945) é comumente exaltada como um marco no desenvolvimento econômico do país. No entanto, uma análise mais crítica revela contradições e consequências negativas que acompanham esse processo, especialmente no que diz respeito à concentração de poder econômico, ao autoritarismo estatal e à marginalização das classes trabalhadoras.

Embora tenha havido um crescimento da indústria de base — como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce —, esse avanço ocorreu de forma centralizada e sob forte controle estatal, limitando a participação da iniciativa privada e desestimulando a livre concorrência. O Estado tornou-se o principal agente econômico, o que acabou sufocando o ambiente de inovação e limitando a diversificação industrial.

Além disso, a industrialização varguista concentrou-se em regiões específicas, principalmente no Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais que já existiam no Brasil. O Nordeste e outras regiões permaneceram com uma estrutura econômica arcaica, baseada

na agricultura extensiva e no trabalho precário, o que aprofundou as desigualdades socioeconômicas do país.

Outro ponto crítico foi a precariedade das condições de trabalho. Apesar da criação das leis trabalhistas, estas muitas vezes funcionaram mais como um instrumento de controle político do que como garantia efetiva de direitos. O corporativismo instaurado por Vargas vinculava os sindicatos ao Estado, inibindo a autonomia dos trabalhadores e sufocando as reivindicações por melhores condições.

Por fim, o modelo de substituição de importações adotado nesse período gerou uma dependência crônica do capital e da tecnologia estrangeira, além de criar indústrias com baixa produtividade e limitada capacidade de competir em escala global.

Em resumo, embora o período Vargas tenha sido crucial para a transição do Brasil rural para uma sociedade mais urbana e industrial, essa industrialização foi conduzida de forma concentradora, autoritária e desigual. Suas consequências negativas são sentidas até hoje, refletidas na desigualdade regional, na baixa competitividade industrial e nas distorções do mercado de trabalho.

#### **4. Impacto da globalização e sua convergência com momento “estável” do Brasil.**

Em um panorama, de colônias de Portugal, “dependente de acordo” com Inglaterra, e vindo de governos estadistas, seguido por hiperinflação, o Brasil de fato, teve uma relativa estabilidade econômica e social a partir de 1994, logo quando chega a globalização, passando pela industrialização no Período Vargas, entretanto, sem grande impacto econômico modificador.

Nesse cenário, o agronegócio frequentemente emergiu como o setor mais resiliente, garantindo saldos positivos na balança comercial.

No contexto da globalização contemporânea, o Brasil ainda luta para consolidar uma indústria competitiva em escala global.

A abertura comercial dos anos 1990 e a concorrência internacional, especialmente da Ásia, somadas a fatores internos como o “Custo Brasil”, contribuíram para um processo de desindustrialização relativa em alguns setores (CANO, 2012).

A economia brasileira manteve forte dependência da exportação de commodities agrícolas e minerais, com dificuldade em agregar valor à sua vasta produção primária, mantendo o país em uma posição secundária na cadeia produtiva global, apesar de seu tamanho econômico (SERRA; MARQUES; CARNEIRO, 2017).

O Brasil, historicamente marcado por sua vocação agrícola, consolidou-se como uma potência no agronegócio mundial. Atualmente, o setor representa aproximadamente 25%

do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, mais da metade das exportações e emprega cerca de 20% da força de trabalho do país.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo Agropecuário de 2017 identificou 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, totalizando 351.289.816 hectares. Esse levantamento revelou um aumento significativo no uso de tecnologias, como a irrigação, que cresceu 47,6% desde 2006, alcançando uma área total irrigada de 6,69 milhões de hectares.

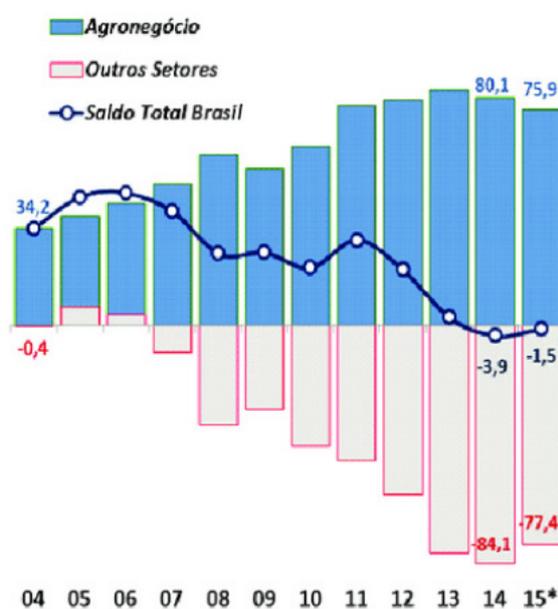
As projeções para o agronegócio brasileiro são promissoras. Estima-se que a produção de grãos alcance 378,9 milhões de toneladas na safra 2033/34, um incremento de 27% em relação a 2023/24, com uma taxa anual de crescimento de 2,2%. Esse crescimento é impulsionado por fatores como a expansão da área cultivada, avanços tecnológicos e melhorias na produtividade.

Entretanto, apesar do desempenho robusto do agronegócio, o Brasil enfrenta desafios significativos em sua industrialização. A complexa estrutura tributária brasileira impõe uma das cargas mais elevadas do mundo, com um sistema burocrático que dificulta a competitividade das indústrias nacionais. Essa realidade contrasta com a de países desenvolvidos, onde sistemas tributários mais simplificados favorecem o ambiente de negócios.

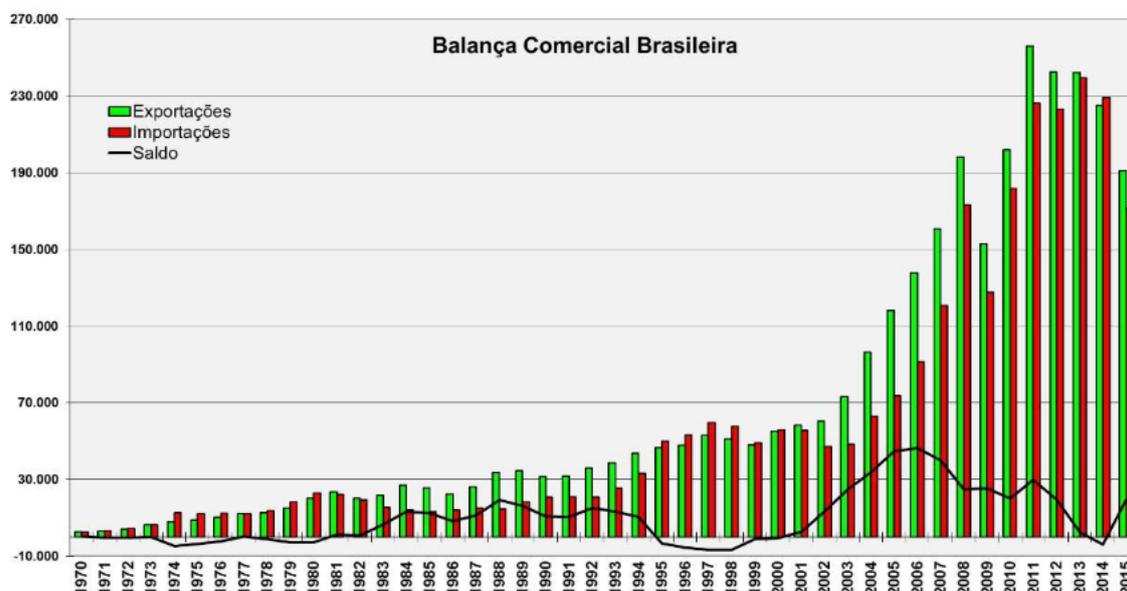
**Balança comercial do agronegócio**



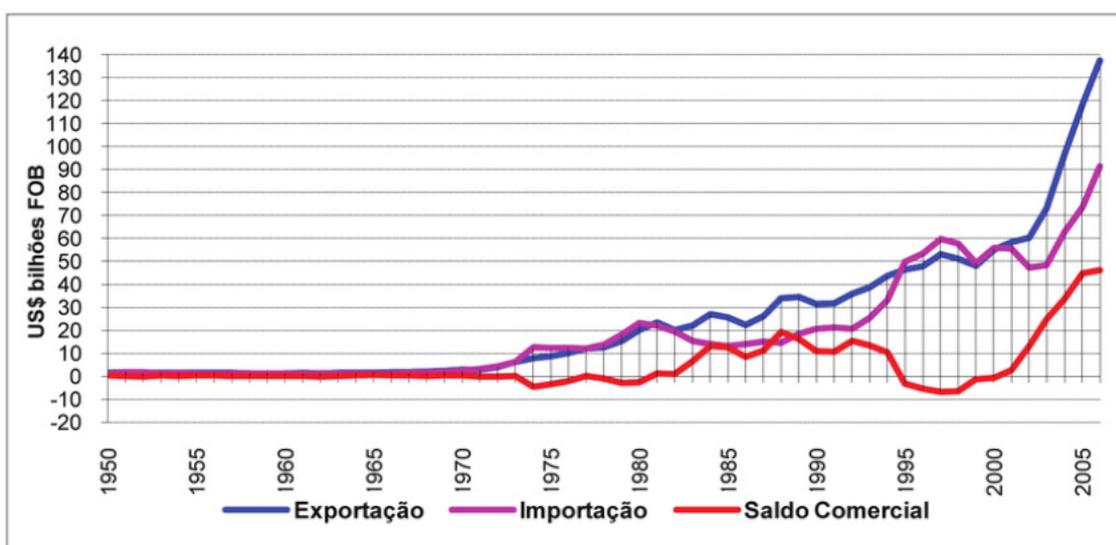
**Saldo comercial brasileiro**



Inclusive ao longo dos anos entre 1970 e 2015, temos os indicativos de nossa balança comercial a qual manteve um forte volume de importação e dependência externa, mesmo diante de forte exportação liderada pelo agronegócio, mantendo um saldo extremamente volátil após a globalização.



Além disso, a dependência de exportações de commodities agrícolas e minerais, sem a devida agregação de valor, mantém o país em uma posição secundária na cadeia produtiva global.



Evidente, ainda, a necessidade de organização fiscal, simplificação aos regimes de tributação, maiores estímulos econômicos e foco em melhoria dos indicadores sociais, de educação saúde e segurança, para que isso reflita em maior e melhor produtividade, e investimento em tecnologia, para em proveito a globalização, estimular o empreendedorismo.

Ainda a alta beligerância processual brasileira onde no Brasil apresenta um elevado número de processos judiciais em relação à sua população. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao final de 2023, havia aproximadamente 83,6 milhões de

processos em tramitação no país. Considerando uma população estimada de 213 milhões de habitantes, isso equivale a cerca de 0,39 processos por pessoa.

Ou seja, a taxa de processo por pessoas, chega próximo a 1 processo por pessoa, uma relação alarmante e prejudicial, que engessa e prejudica qualquer movimento empreendedor e ou industrial, bem como afeta diretamente a produção e desenvolvimento econômico.

Para reverter esse cenário, é fundamental implementar reformas que simplifiquem o sistema tributário, incentivem a inovação e promovam a diversificação da economia. Investimentos em educação, infraestrutura e tecnologia são essenciais para aumentar a produtividade e estimular o empreendedorismo. Somente com uma abordagem integrada será possível fortalecer a indústria nacional e aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pela globalização.

## 5. Conclusão

A análise histórica revela um padrão de dependência e subordinação econômica que atravessou diferentes eras e períodos, de diferentes formas primeiro uma submissão pela descoberta português, posteriormente submissão via tratado por um apoio a independência e posterior, as consequências de tal período até os dias de hoje, limitando a industrialização plena e autossustentada (FURTADO, 2007). O Brasil falhou em converter integralmente suas janelas de oportunidade. Entretanto, a narrativa de um potencial não realizado encontra novo fôlego em suas vantagens comparativas: um vasto território, condições climáticas favoráveis e um setor agropecuário altamente produtivo e tecnologicamente avançado (CONCEIÇÃO; FERREIRA FILHO, 2021). Embora o “país do futuro” industrial não tenha se concretizado como imaginado, seu potencial agrícola e sua capacidade de produção de alimentos e bioenergia o posicionam como um ator com forte potencial produtivo e, possivelmente, disruptivo no modelo econômico global.

A força do agronegócio pode ser a chave para que o Brasil alcance uma posição de destaque econômico futuro, talvez menos pela via industrial clássica e mais como uma potência agroambiental e alimentar para o mundo, implementando a tecnologia e desenvolvem-no global onde o Brasil sempre teve enorme relevância.

Entretanto, as divergentes políticas econômicas, entre governos, que se alternam na política, a atual estrutura política brasileira, dificultam o desenvolvimento tecnológico e industrial, a alta carga tributária e difícil entendimento a diversos tributos e regimes tributários e alto volume de processos judiciais per capto, no Brasil unido a atual legislação trabalhista, tendo a cada vez mais retirar a possibilidade de um avanço industrial significativo, sendo voltando mais para mercado interno a industrialização do que propriamente externo não impactando assim na balança comercial.

## 6. REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BACHA, Edmar L.; GREENHILL, Robert (Ed.). *150 years of economic relations between Brazil and Great Britain*. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930–2010*. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. *Projeções do Agronegócio: Brasil 2022/23 a 2032/33 – Projeções de Longo Prazo*. Brasília: Mapa, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2022-2023-a-2032-2033.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. *Afinal, quanto o agronegócio representa no PIB brasileiro?* Piracicaba: ESALQ/USP, 2023. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/afinal-quanto-o-agronegocio-representa-no-pib-brasileiro.aspx>. Acesso em: 1 abr. 2025.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8646063>. Acesso em: 29 mar. 2025.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; FERREIRA FILHO, J. B. S. Agronegócio brasileiro: evolução, desafios e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: Ipea, 2021. p. 21-54.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *Getúlio Vargas: do Estado Novo à morte (1937-1954)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Desigualdades regionais e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 1 abr. 2025.

INSper Agro Global. Como o Brasil se tornou uma grande potência exportadora no agronegócio. São Paulo: Insper, 2024. Disponível em: <https://agro.insper.edu.br/agro-in-data/artigos/como-o-brasil-se-tornou-uma-grande-potencia-exportadora-no-agronegocio>. Acesso em: 1 abr. 2025.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SALVADORI, José Luiz. *História do Brasil Colônia*. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018.

SERRA, Rodrigo; MARQUES, Rosa Maria; CARNEIRO, Ricardo. Brasil: Desindustrialização, crise e perspectivas. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 3, p. 531-550, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8Zp7YhJ3H8F3bZ8VjS3jYBc/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2025.

### **Histórico**

Recebimento do original: 05/02/2025.

Aceitação para publicação: 11/04/2025

### **Como citar – ABNT**

CORDEIRO, Felipe Moutinho. De colônia à submissão industrial: o perene dilema brasileiro. **Revista PsiPro / PsiPro Journal**, v. 4, n. 1, 2025. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15261665>